



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO ESPECIAL Nº 1783088 - PR (2018/0316399-0)

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : CLOVIS PAULART  
**ADVOGADO** : VANDIR FRACARO - PR060528  
**RECORRIDO** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADO** : JUNIOR ROGERIO DA SILVA - SP295409  
**RECORRIDO** : MAURO ZUKERMAN  
**ADVOGADO** : ANDRE ZALCMAN - SP254698

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º).

1. Ação declaratória de nulidade.
2. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 - promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
3. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
4. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
5. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85,

§ 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

6. A expressiva redação legal impõe concluir que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

7. Recurso especial conhecido e provido.

## DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CLOVIS PAULART, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 22/05/2018

**Concluso ao gabinete em:** 07/12/2018.

**Ação:** declaratória de nulidade de leilão ajuizada pelo recorrente em face do Banco Bradesco e do leiloeiro Mauro Zukermann. Aduziu, em síntese, falta de notificação da mora e da data do leilão.

**Sentença:** julgou a ação procedente em relação ao Banco e julgou extinto o processo sem resolução de mérito em relação ao leiloeiro.

**Acórdão:** negou provimento às apelações das partes, sendo que, em relação ao recorrente, determinou que caberia a este promover o pagamento dos honorários devidos em favor do procurador do réu Mauro. Destacou, ainda, que os honorários a serem pagos ao recorrente pela instituição financeira não poderiam ser

fixados em 10% do valor da causa (R\$ 580.000,00), porquanto resultaria em "quantia incoerente com os critérios estabelecidos no art. 85, § 2º, I a IV, do CPC" (e-STJ, fl. 447).

**Embargos de Declaração:** opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação do artigo 85, § 2º, do CPC, sob o fundamento de que o acórdão manteve a fixação de honorários em valores fixos e menores do que determina a legislação citada.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

### ***- Das mudanças promovidas pelo CPC/15 na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais***

O TJ/PR, ao fixar os honorários advocatícios no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), contrariou o entendimento do STJ no sentido de que o § 2º do art. 85 do CPC/15 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente, calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; e que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo. (REsp 1746072/PR, Segunda Seção, Dje de 29/03/2019). Logo, o acórdão recorrido merece reforma.

Enfatiza-se, ainda, que, consoante preconiza a Corte Especial do STJ, "o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015 em relação aos honorários advocatícios é a data da prolação da sentença" (SEC 14.385/EX, Corte Especial, julgado em 15/8/2018, DJe 21/8/2018).

Na hipótese, tendo em vista que a sentença foi prolatada sob a vigência do CPC/15, o arbitramento da verba honorária deve ocorrer à luz desse diploma processual.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, \_a\_, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para majorar os honorários sucumbenciais para o percentual de 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/15.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, em razão do provimento do apelo especial (EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ, Terceira Turma, DJe de 08/05/2017).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.

**Brasília, 23 de março de 2020.**

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**Relatora**